

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA LICENCIATURA

Sara Hingrid Ramos Gonçalves De Oliveira

**PROGRAMAS, PROJETOS E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
ESPORTE E LAZER EM SÃO LUÍS: análise da atuação da SEDEL**

São Luís – MA

2026

Sara Hingrid Ramos Gonçalves De Oliveira

**PROGRAMAS, PROJETOS E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
ESPORTE E LAZER EM SÃO LUÍS: análise da atuação da SEDEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciatura em Educação Física na Universidade
Federal do Maranhão.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Martins de Araujo

São Luís – MA

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Oliveira, Sara Hingrid Ramos Gonçalves de.

PROGRAMAS, PROJETOS E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
DE ESPORTE E LAZER EM SÃO LUÍS : análise da atuação da
SEDEL / Sara Hingrid Ramos Gonçalves de Oliveira. - 2026.
26 f.

Orientador(a): Silvana Martins de Araujo.

Curso de Educação Física - Licenciatura, Universidade
Federal do Maranhão, São Luís, 2026.

1. Políticas Públicas. 2. Esporte e Lazer. 3.
Democratização. I. Araujo, Silvana Martins de. II.
Título.

Sara Hingrid Ramos Gonçalves De Oliveira

**PROGRAMAS, PROJETOS E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE
ESPORTE E LAZER EM SÃO LUÍS: análise da atuação da SEDEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciatura em Educação Física na Universidade
Federal do Maranhão.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Martins de Araújo

Profa. Dra. Silvana Martins de Araújo – UFMA (Orientadora)

Paulo da Trindade Nerys Silva – UFMA (Banca Examinadora)

Efraim Lopes Soares – IFMA (Banca Examinadora)

São Luís – MA

2026

PROGRAMAS, PROJETOS E DISTRIBUIÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE ESPORTE E LAZER EM SÃO LUÍS: análise da atuação da SEDEL

*Sara Hingrid Ramos Gonçalves de Oliveira*¹
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
São Luís – MA – Brasil

RESUMO: O estudo teve como objetivo analisar os programas e projetos desenvolvidos em nove (9) espaços e equipamentos esportivos de lazer sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (SEDEL) na cidade de São Luís, a partir das dimensões “escrito”, “dito” e “feito” no período de 2012 a 2019. Com abordagem quanti-qualitativa, utilizou análise documental, entrevistas, questionários e observação. Os resultados indicam concentração de espaços, acesso desigual e predominância de eventos e ações voltadas ao esporte de rendimento, especialmente os Jogos Escolares Maranhenses - JEMs. Constatou-se fragilidade na oferta de programas sistemáticos e na democratização do acesso, evidenciando limites na efetivação do esporte e lazer como direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: políticas públicas; esporte e lazer; democratização.

PROGRAMS, PROJECTS AND THE DISTRIBUTION OF PUBLIC SPORTS AND LEISURE FACILITIES IN SÃO LUÍS: an analysis of SEDEL's performance

ABSTRACT: The study aimed to analyze the programs and projects developed in nine (9) sports and leisure facilities under the responsibility of the Maranhão State Secretariat for Sports and Leisure (SEDEL) in the city of São Luís, based on the dimensions of what was “written,” “said,” and “done” during the period from 2012 to 2019. Using a quantitative-qualitative approach, the study employed document analysis, interviews, questionnaires, and observation. The results indicate a concentration of facilities, unequal access, and a predominance of events and actions focused on high-performance sports, especially the JEMs. Weaknesses were identified in the provision of systematic programs and in the democratization of access, highlighting limitations in the implementation of sports and leisure as social rights.

KEYWORDS: public policies; sports and leisure; democratization.

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca das políticas públicas voltadas ao esporte e ao lazer tem ganhado destaque no campo da Educação Física, especialmente no que se refere à democratização do acesso aos espaços e equipamentos públicos. Nesse contexto, a disciplina “Políticas Públicas

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).
E-mail: sara.hingrid@discente.ufma.br

aplicadas à Educação Física” ofertada pelo Curso de Licenciatura/UFMA proporcionou a compreensão de conceitos fundamentais relacionados ao papel do Estado na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas voltadas à promoção do esporte e do lazer como direitos sociais.

A disciplina abordou conceitos relacionados à política, políticas públicas e políticas sociais, como também a análise das relações entre Estado e sociedade, considerando diferentes perspectivas teóricas e modelos de organização estatal. Ademais, foram abordadas as políticas públicas de esporte e lazer, sua constitucionalização no Brasil e sua importância como instrumentos de promoção de direitos e redução das desigualdades sociais.

Nesse sentido, o presente artigo, considerando o conteúdo da disciplina, apresenta resultados parciais da pesquisa intitulada “Espaços e equipamentos esportivos de lazer em São Luís – MA: uma análise da ação do poder público municipal e estadual”, na qual participei como estudante voluntária.

Situando tal temática na Constituição Federal de 1988, percebe-se que o Estado brasileiro assume o dever de fomentar as práticas esportivas formais e não formais. Nesse contexto, a presença de equipamentos e espaços públicos esportivos de lazer é uma das formas do Estado garantir que a população tenha oportunidade de vivenciar valores positivos e educativos para a vida em sociedade.

Contudo, pode existir o equipamento e o espaço público para o desenvolvimento das potencialidades sociais sem haver a apropriação destes, devido a fatores como: erros no planejamento, construção inadequada, falta de uma política de manutenção e conservação dos equipamentos, inexistência de uma política de animação (programas, projetos e eventos), condições infraestruturais deficientes, fazendo com que os equipamentos e espaços públicos não sejam utilizados pela população, por falta de condições de acesso ou desconhecimento do cidadão.

Para tanto, foi realizado um recorte da pesquisa, que teve como objeto de estudo a atuação do poder público municipal e estadual. Neste artigo, entretanto, utilizam-se apenas os dados referentes às ações sob responsabilidade da SEDEL/MA. Desse modo, foi analisado como a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer tem realizado a gestão dos equipamentos esportivos de lazer, denominados “praças esportivas” que estão sob a sua responsabilidade.

Para a realização deste estudo, adotou-se como recorte temporal o período de 2012 a 2019, correspondente à vigência de dois Planos Plurianuais (PPA) do Governo do Estado do

Maranhão (2012-2015 e 2016-2019), instrumentos responsáveis pelo planejamento das ações governamentais. A escolha desse intervalo também contempla duas gestões estaduais consecutivas, permitindo analisar a continuidade, os direcionamentos e as possíveis mudanças nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) em relação aos programas e projetos implementados nos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob sua responsabilidade.

Logo, justifica-se este estudo pelo fato de não haver, até o momento, nenhum semelhante; pela contribuição ao órgão gestor para subsidiarem seu planejamento, considerando ser imperativa a existência de espaços e equipamentos públicos de esporte em qualidade e quantidade para atender a necessidade da população, no campo dos interesses físico-esportivos, desde que distribuídos geograficamente de forma igualitária na cidade, como forma de garantir, de fato, o direito ao esporte.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Como a Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Maranhão (SEDEL) tem desenvolvido programas e projetos nos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob sua responsabilidade e em que medida essas ações contribuem para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer na cidade de São Luís?

Sendo assim, o estudo teve como objetivo geral analisar os programas, projetos e eventos² desenvolvidos entre 2012 e 2019 nos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob responsabilidade da SEDEL em São Luís, considerando as dimensões do “escrito”, do “dito” e do “feito” e suas possíveis contribuições para a democratização do acesso ao esporte e ao lazer. Como objetivo específico, verificou a existência de uma política de animação (programas e projetos), voltada à utilização de equipamentos esportivos de lazer.

Dessa forma, o relatório final da pesquisa destacou nove (9) indicadores/eixos analíticos: distribuição, conservação/manutenção, segurança, público alvo, acesso, acessibilidade, programas, projetos e profissionais envolvidos.

Entretanto, este trabalho explicitará, especificamente, os programas e projetos desenvolvidos nos espaços e equipamentos de lazer esportivo sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) do Maranhão, no período de 2012 a 2019. Portanto, o texto está organizado em três tópicos, a saber: caminho metodológico, resultados e discussão e as considerações finais.

2 CAMINHO METODOLÓGICO

² **Programa:** conjunto contínuo de ações com objetivos e público definidos; **projeto:** intervenção com objetivos, prazo e público específicos; **evento:** ação pontual, de curta duração, com início e término definidos.

A pesquisa se caracteriza como quanti-qualitativa, cuja proposta metodológica para a sua realização se deu por intermédio da combinação de análise documental e pesquisa de campo, quanto aos procedimentos de coleta e levantamento bibliográfico, quanto às fontes de dados.

No que tange aos seus objetivos, a pesquisa é caracterizada como exploratória, considerando que conforme Gil (2007) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

A revisão bibliográfica que subsidiou os meios para a compreensão do fenômeno estudado buscou, na produção teórica brasileira, a literatura referente à temática das políticas públicas de esporte e lazer, bem como sobre os espaços e equipamentos esportivos de lazer.

De igual modo, o desenvolvimento da pesquisa documental consistiu na exploração de dados em diferentes fontes, bem como: Relatórios de Atividades da Secretaria (SEDEL), Regimento Interno, Ofícios, Planos Plurianuais (PPAs) e a Constituição Estadual.

A delimitação temporal da pesquisa compreendeu o período de 2012 a 2019, por corresponder à vigência de dois Planos Plurianuais (PPA) do Governo do Estado do Maranhão (2012-2015 e 2016-2019), documentos que orientam o planejamento e a execução das ações governamentais. A escolha desse intervalo possibilitou analisar as ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) ao longo de duas gestões estaduais consecutivas, permitindo identificar continuidades, mudanças e prioridades relacionadas aos programas e projetos implementados nos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob sua responsabilidade.

Para a operacionalização do estudo, adotou-se como técnica de coleta de dados entrevista semiestruturada, entendendo-a como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, [...] e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (Triviños, 1987, p. 146).

Tal entrevista foi realizada com o Gestor da Secretaria de Esporte e Lazer do Estado do Maranhão, a qual obedeceu a um roteiro contendo perguntas fechadas e abertas, facilitando o contato direto entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa.

A propósito, vale aqui destacar os desafios que compuseram essas duas etapas da pesquisa (documental e entrevista), levando em conta a dificuldade da pesquisadora acessar algumas das informações oficiais que constam nas análises apresentadas nesse artigo.

Precisamente, a falta de transparência, por parte do poder público, em disponibilizar arquivos a pesquisadores, que ainda se encontra na primeira ordem do dia.

Demarca-se ainda que, além da entrevista com um (1) gestor, utilizou-se como procedimento de coleta de dados questionários com perguntas fechadas, direcionadas a cinco (5) administradores e cinquenta e quatro (54) usuários dos espaços e equipamentos esportivos de lazer da cidade de São Luís, bem como roteiro de observação e registros fotográficos.

Para dialogar com os diversos aspectos atinentes ao conjunto das três fontes de informação (documentos, entrevistas e questionários), utilizou-se o dito, o escrito e o feito para analisar os programas e projetos efetivamente feitos sobre os espaços e equipamentos esportivos que estão sob a responsabilidade da SEDEL.

Estes, por sua vez, relacionam-se com a existência e a qualidade dos atributos passíveis de aumentar o potencial de uso do local, para a prática esportiva, ao passo que também se apresentam como base analítica da produção científica da área que se dedica a estudar os espaços e equipamentos públicos esportivos de lazer.

No que concerne aos critérios de inclusão e exclusão, adotou-se que seriam excluídos da pesquisa os logradouros que não estivessem disponíveis para as observações ou aplicação dos questionários, isto é, os não localizados/inconsistentes, em reforma ou sem nenhum usuário (maior de 18 anos) e/ou administrador no local para participar do estudo.

Por isso, para a SEDEL, dos treze (13) espaços e equipamentos esportivos de lazer, informados via documento oficial que estão sob sua responsabilidade, quatro (4) ficaram de fora da análise, por não atender os critérios de inclusão.

No que diz respeito à organização da análise, os procedimentos utilizados perpassaram por diferentes fases ou “polos cronológicos” (Bardin, 2016), os quais serviram de base para este estudo, isto é: pré-análise, exploração do material/tratamento dos dados e inferências/interpretação.

A pré-análise correspondeu à organização das primeiras ideias e elaboração de indicadores para a interpretação dos documentos coletados. Nessa perspectiva, a presente fase teve por objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 2016, p. 125).

Assim, inicialmente, fez-se a análise geral do Relatório de Atividades da SEDEL, PPAs, Ofícios e Regimento Interno para a apreciação e identificação dos principais pontos retratados nestes documentos. Após a leitura integral desse corpus, foi elaborado um quadro, contendo exclusivamente o indicador programas e projetos com os descritores: o escrito, o dito e o feito.

A partir desses dados, seguiu-se para a exploração do material, que se operacionalizou por meio da descrição de todas as informações em planilhas do Microsoft Office Excel® referentes à SEDEL, contando também, com a transcrição da entrevista e tabulação dos questionários.

Com os três conjuntos de dados estruturados, deu-se início ao seu tratamento por meio da análise de conteúdo. O objetivo aqui, bem como pontua Bardin (2016), foi dar forma conveniente e representar de outro modo as informações contidas nos documentos, entrevista e questionários, por intermédio de procedimentos de transformação, caracterizando-se como uma operação ou conjunto de operações que visam representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, ou seja,

o propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (Bardin, 2016, p. 51).

Precisamente, a análise de conteúdo dos dados utilizados nesta pesquisa procurou estabelecer “[...] uma correspondência entre as estruturas semânticas ou linguísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas (por exemplo: condutas, ideologias e atitudes) dos enunciados [...]” (Bardin, 2016, p. 47) para entrar em contato com os sentidos da mensagem visando descrever o discurso e desvelar os sentidos ocultos.

Com efeito, buscou-se estruturar a análise tendo por base um modelo analítico que permitisse a confluência e visualização dos três conjuntos de dados, considerando a diversidade das informações tabuladas. Neste sentido, elencou-se como dimensões descritivas o “escrito”, o “dito” e o “feito” na intenção de explicitar a congruência ou não entre o que foi posto nos documentos oficiais e relatórios de atividades (escrito), o afirmado pelo Gestor na entrevista, bem como os administradores via questionários (dito) e o que foi constatado a partir da observação direta e a percepção dos usuários dos espaços e equipamentos (feito) para 2 (dois) indicadores/eixos analíticos dos 9 (nove) estudados na pesquisa como um todo.

A análise a partir do modelo citado permitiu elucidar, de modo consistente, os objetivos previamente traçados nesta pesquisa. Sendo que a observação e compreensão desse cenário se

deu por intermédio das figuras, quadros, tabelas e/ou gráficos descritivos, que facilitaram as inferências e interpretações. Assim, o texto que segue está estruturado de modo a detalhar e especificar tais características.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como destacam Ungheri e Isayama (2019), a oferta de espaços e equipamentos públicos para as vivências de lazer e esporte é uma das formas de se promover o acesso dos cidadãos a essas práticas e, por esse motivo, apresenta-se como possibilidade de intervenção do poder público. Para Marcellino, Barbosa e Mariano (2007, p.16), “os espaços e equipamentos são componentes dinâmicos de uma política de esporte e lazer e estão em constante transformação”.

Dessa forma, os espaços e equipamentos de lazer esportivo assumem um lugar importante nas políticas públicas para o convívio social (Silva et al., 2012), as quais têm se difundido pelo Brasil, ampliando as possibilidades de ações e programas, oferecendo à sociedade serviços relacionados aos interesses de esporte e lazer

Sobre os elementos investigativos, a presença de equipamentos e espaços públicos esportivos de lazer é apenas uma das formas do Estado garantir que a população tenha oportunidade de vivenciar valores positivos e educativos para a vida em sociedade. Contudo, pode existir o equipamento e o espaço público para o desenvolvimento das potencialidades sociais sem haver a apropriação deste, fazendo com que os equipamentos e espaços públicos não sejam utilizados pela população, por falta de condições de acesso ou desconhecimento do cidadão.

Não por acaso, a forma como esses espaços e equipamentos se encontram distribuídos nas cidades é condição *sine qua non* para a implementação de políticas que busquem garantir o direito ao lazer esportivo, como também possibilitar uma maior apropriação deles por diversos segmentos da sociedade, pois conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros em 2016, a estrutura para o esporte é responsável por “[...] coordenar, formular e implementar políticas relativas ao desenvolvimento de programas e projetos esportivos, de lazer e inclusão social [...]” (IBGE, 2016, p. 15).

Para fortalecer essa ideia, o processo de organização administrativa das políticas de esporte e lazer no Brasil foi ganhando força a partir das discussões promovidas pela II Conferência Nacional do Esporte, realizada em 2006, que apresentou debates a respeito da

criação de pastas específicas de esporte, como também para o lazer nos Estados e Municípios. Essas estruturas deveriam possuir autonomia administrativa e orçamentária, conselhos específicos e planos de desenvolvimento, para implementação e continuidade de políticas de esporte e lazer em todas as dimensões visando a inclusão social, e definindo prazo máximo para essa criação (Brasil, 2007). Para tanto, importa tecer considerações sobre o órgão gestor estadual, como realizado no tópico seguinte.

3.1 Mapeando a SEDEL

Nesse viés, a organização institucional do esporte no estado do Maranhão revela especificidades importantes, marcadas por mudanças estruturais e normativas ao longo do tempo, como aponta o Quadro 1. A criação de um órgão gestor direcionado ao esporte e lazer remonta ao ano de 1979, com a instituição da Secretaria de Desporto e Lazer por meio da Lei nº 4.012.

Desde então, a política esportiva estadual tem se desenvolvido sob diferentes formatos administrativos, ora como secretaria, ora como gerência ou fundação — evidenciando a alternância entre estruturas de administração direta e indireta, bem como entre modelos específicos e exclusivos. Essa dinâmica reflete os rearranjos políticos e institucionais que podem influenciar direta ou indiretamente a capacidade de planejamento, execução e continuidade das políticas públicas de esporte no Maranhão.

Quadro 1 - Estrutura administrativa de esporte do Estado do Maranhão.

NORMA / ANO	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
Lei nº 4.012/1979	Secretaria de Desportos e Lazer
Lei nº 11.794/1991	Secretaria Extraordinária de Desporto e Lazer
Lei nº 6.272/1995	Secretaria de Estado de Desporto e Lazer
Lei nº 7.356/1998	Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH)
Lei nº 7.734/2002	Fundação Estadual de Esportes do Maranhão (FEEMA) vinculada a GDH.
Lei nº 7.844/2003	Gerência de Estado de Esporte e Lazer (GESP)
Lei nº 8.153/2004	Secretaria de Estado do Esporte (SESP)
Lei nº 8.756/2008	Secretaria de Estado de Esporte e Juventude
Lei nº 9.340/2011	Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL)

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados disponibilizados no perfil da administração pública do Maranhão.

Desde a sua criação foram identificadas reformulações recorrentes na denominação e organização da Secretaria. Assim, destaca-se que em 2004, o Órgão Gestor foi reconfigurado, adquirindo o status de pasta exclusiva para o esporte, após a promulgação da Lei nº 8.153, que

cria a Secretaria de Estado do Esporte (SESP) retirando o lazer da sua identificação. Sendo que 4 (quatro) anos depois, a política de Juventude foi vinculada ao esporte, com a Lei nº 8.756/2008, caracterizando o órgão gestor como Secretaria de Estado de Esporte e Juventude.

Semelhante à primeira formação da estrutura para o setor esportivo, a Secretaria sofreu uma nova modificação, por meio da Lei nº 9.340/2011, incluindo novamente o lazer na denominação do Órgão Gestor, voltando assim, a ser intitulada de Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), permanecendo inalterada até os dias atuais.

Verificou-se a partir da linha do tempo que o Órgão Gestor esportivo do estado do Maranhão passou por várias formações ou modificações na estrutura burocrática ao longo de sua trajetória. O conjunto de ordenamentos legais ajuda a localizar o esporte na dimensão administrativa governamental.

3.2 Distribuição dos espaços e equipamentos públicos esportivos de lazer na cidade de São Luís/Maranhão

No início do século XX, com a lógica de produção capitalista impondo uma carga excessiva de trabalho face à Revolução Industrial, cuja fábrica era o principal campo de atuação e de manutenção do modelo societário, diversas lutas sociais se desdobraram no mundo e, igualmente, no Brasil. Entre as conquistas presentes nesse cenário e que possui relação com o que se propõe discutir nesta seção, destaca-se o direito ao tempo livre, associado ao usufruto do lazer – dimensão fundamental da vida social e atualmente assegurada a todos os brasileiros pela Constituição Federal de 1988 (CF/1988) (Raimundo; Sarti, 2016).

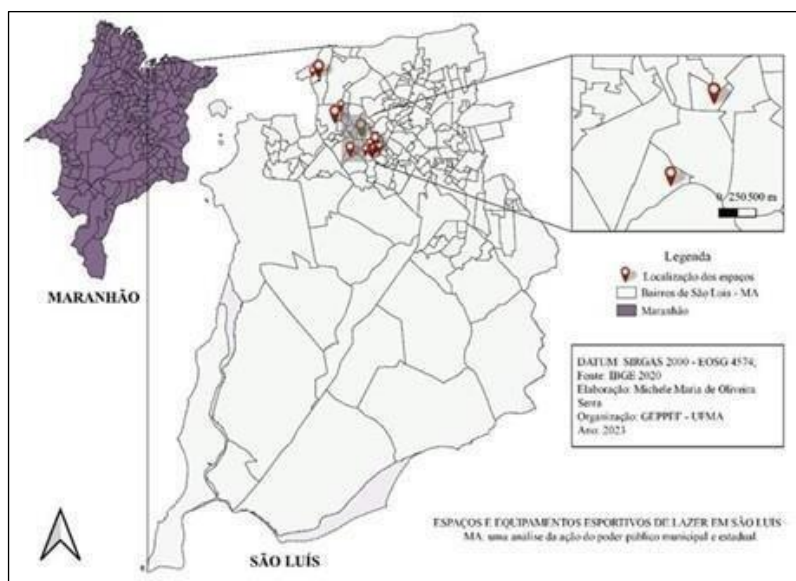
Dentre os preceitos do lazer, estudos como os de Ungheri, Medina e De Assis Pereira (2022) demonstram que territórios com maior densidade populacional podem apresentar menor ou maior índices per capita de espaços e equipamentos públicos. No entanto, essa função pode ocultar possíveis desigualdades, visto que ele não necessariamente reflete a distribuição territorial dos equipamentos nem sua acessibilidade real.

Por exemplo, é possível que um número considerado adequado de espaços atenda a uma determinada comunidade em termos estatísticos, mas não contemple suas necessidades específicas, especialmente quando se comparam áreas urbanas e rurais — sendo estas últimas, em geral, menos populosas e frequentemente menos atendidas por políticas públicas estruturadas.

Outrossim, para avaliar os programas e projetos da Secretaria, foi necessário o conhecimento sobre a distribuição dos espaços e equipamentos esportivos de lazer, pois acredita-se que esses são relevantes não apenas para a prática de atividade física (Fermino et al., 2012), mas também para o processo de socialização dos moradores e o fortalecimento do senso de pertencimento em relação ao território. Isso porque, atividades como: caminhada, corrida, dança, futsal, basquete, lutas, dentre outras, contribuem para o engajamento comunitário e podem beneficiar tanto os moradores do entorno quanto a população da cidade como um todo (Petroski et al., 2009; Chauí, 1987; Ungheri; Medina; Pereira, 2022).

Nesta pesquisa, a identificação dos logradouros se deu por meio de documentação oficial fornecida pela SEDEL. Com base na metodologia do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e utilizando como referência a divisão territorial do Plano Diretor, que distingue as áreas urbana e rural, ao analisar a distribuição dos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob a responsabilidade da SEDEL, localizados no perímetro urbano da cidade de São Luís, observou-se uma concentração significativa desses equipamentos em poucas áreas territoriais. Em outras palavras, a presença dos espaços e equipamentos está restrita a um número limitado de bairros, revelando uma tímida democratização desses espaços destinados à população ludovicense como ilustrado na Figura 1, que busca clarificar a quantidade e a localidade dos logradouros.

Figura 1 - Mapa da distribuição dos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob a responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), São Luís/Maranhão, 2023³.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) e da pesquisa de campo.

³ Período de 2023 refere-se às observações de campo.

Observando a realidade do município de São Luís, sobretudo, por meio dos dados sinalizados no mapeamento geográfico é lícito supor que há dentro dos bairros diversos meios para a prática do lazer esportivo como, por exemplo, academia, clubes e outros, que, obviamente, recorrem a lógica mercadológica. No entanto, o principal objetivo da Figura 1 é mostrar de forma física onde e como estão distribuídos os espaços de responsabilidade da SEDEL.

Em relação à política de democratização, ressalta-se que apenas 1,6% (n=3) de um total de 188 bairros, na época da investigação eram contemplados com espaços e equipamentos esportivos de lazer. Fazendo um comparativo entre a projeção populacional de 1.115.932 habitantes em São Luís (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021) com os dados disponibilizados pela Secretaria constata-se que existe uma defasagem em termos de abrangência para o atendimento da população, fato que Ungheri, Medina e De Assis (2022) explica ao relatar que a disponibilidade de alguns equipamentos de esporte e lazer em espaços públicos não garante que se tenha uma utilização cidadã.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), as estimativas populacionais constituem-se no principal parâmetro para a distribuição igualitária dos recursos governamentais quando se leva em consideração determinado território. Para tanto, apresenta-se no Quadro 2 os locais aqui estudados e identificados no mapa da Figura 1 com os seus respectivos bairros.

Quadro 2 – Espaços e equipamentos esportivos de lazer sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL) na cidade de São Luís/Maranhão, 2023.

LOCAIS	BAIRROS
Estádio João Castelo - Castelão	Barreto
Ginásio Paulo Leite	Barreto
Pista de Kart João Salem	Barreto
Pista de Atletismo Prof. Furtado	Barreto
Pista De Skate	Barreto
Parque Aquático	Barreto
Ginásio Georgiana Pflueguer - Castelinho	Barreto
Ginásio Manoel Trajano	Barreto
Quadras no Complexo Canhoteiro	Barreto
Ginásio Guioberto Alves	Bairro de Fátima
Ginásio Rubem Goulart	Bairro de Fátima
Ginásio Costa Rodrigues	Centro
Campo de Futebol Waldermilson Pena (Aterro do Bacanga)	Centro

Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

O estudo de Ungheri, Medina, De Assis (2022) analisa a distribuição dos espaços e equipamentos para a prática de esporte e lazer em âmbito municipal. Nele, observa-se diferentes

tipos de instalações, mostrando uma concentração em um único bairro ou em bairros isolados. Essa análise confirma o mesmo padrão dos espaços sobre responsabilidade da SEDEL, demonstrado na Figura 2, com intuito de evidenciar a noção de distância entre eles.

Figura 2 – Imagem por satélite do Complexo Canhoteiro, localizado no bairro Barreto, São Luís/ Maranhão, 2023.



Fonte: elaborada pela autora a partir dos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020) e da pesquisa de campo.

Como mostrado na Figura 2 (imagem de satélite) verifica-se que o bairro do Barreto tem a maior concentração de nove (9) em um total de treze (13) dos espaços da SEDEL, o que pode decorrer da falta de planejamento governamental para melhor distribuir os equipamentos nos diversos bairros da cidade de São Luís. Acrescenta-se à análise, a discussão sobre a localização territorial quanto às distintas áreas.

No que tange à classificação de área urbana e área rural, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017) define o resultado do mapeamento das manchas urbanas, ou melhor, área densamente habitada cuja proximidade das edificações não permite a sua representação individualizada e sim, o contorno da área do conjunto das edificações. Segundo o mesmo Instituto, a denominação empregada para mancha urbana corresponde à área edificada.

O documento intitulado “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017), discute sobre a caracterização das distintas áreas, mas não descarta a complexidade do assunto, pois “[...] as categorias rural e urbano estão sujeitas às transformações que vem sendo operadas no decorrer do tempo”. Nesse sentido, aponta-se que:

Em relação ao meio rural vale destacar elementos como o aumento das atividades não agrícolas, a mecanização, a intensificação da pluriatividade, a valorização da biodiversidade, a expansão do setor terciário e a intensificação de fluxos materiais e imateriais na caracterização e maior compreensão de suas dinâmicas. Por outro lado, a intensa urbanização [...] deve levar em conta hoje não apenas os processos migratórios como também o fenômeno da peri-urbanização tanto pela difusão do modo de vida urbano quanto pela construção de novas zonas residenciais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017, p. 8).

De forma mais explícita, a Lei nº 7.122/2023 que regulamentou o Plano Diretor de São Luís, constituindo-se o principal instrumento normativo e orientador da política de desenvolvimento urbano e rural com sustentabilidade socioambiental, define:

ÁREA URBANA corresponde à parte do território municipal em que predominam as atividades econômicas secundárias e terciárias existindo uma legislação urbanística que disciplina o uso, o parcelamento e a ocupação do solo; área caracterizada, ainda, pela maior densidade populacional e viária, pela maior fragmentação das propriedades imobiliárias, e onde os serviços e equipamentos estão consolidados e contínuos; ÁREA RURAL é a parte do território municipal em que predominam as atividades econômicas primárias, com potencial agrícola, pecuário, aquícola, pesqueiro, extrativista e agroindustrial; caracteriza-se, também, pela presença de enclaves urbanos e pela descontinuidade espacial da extensão dos serviços e equipamentos públicos (São Luís, 2023, p. 2).

A partir desse contexto e observando os espaços sob a responsabilidade da SEDEL (Quadro 2), pode-se afirmar que todos estão localizados em área urbana, ou seja, bairros que concentram uma maior densidade populacional, quais sejam: Barreto, Bairro de Fátima e Centro.

Em síntese, comprovou-se que dentro dos limites administrativos geográficos da cidade de São Luís existem bairros sem nenhum espaço esportivo de lazer sob responsabilidade da SEDEL, ao passo que em outros há uma visível concentração, revelando uma desigualdade de acesso por parte da ação no poder público.

3.3 Programas e projetos em foco

A ação estatal que pretende atender as necessidades dos cidadãos e cidadãs deve ser implementada por meio de políticas públicas. Desse modo, uma política setorial de esporte e lazer envolve vários aspectos, dentre eles destacam-se os espaços e equipamentos esportivos, que se relacionam com diferentes indicadores: conservação/manutenção, segurança, acesso, acessibilidade, bem como programas e projetos desenvolvidos pela gestão e os profissionais que os executam.

É nessa perspectiva que Pijak Junior (2014) afirma que:

Os programas de governo são ações públicas que fortalecem e caracterizam uma gestão, visando atender necessidades específicas da sociedade. Em outras palavras, são projetos do grupo que está na gestão e que visam atender direitos garantidos pela Constituição, mas que não são efetivadas por políticas de Estado, o qual não possui legislação específica que a garanta (Pijak Júnior, 2014, p. 274).

Assim, a efetivação de uma política setorial deve ser materializada pela realização de atividades sistemáticas (programas e projetos) e assistemáticas (eventos), “[...] isso significa falar não só de uma política de atividades, que na maioria das vezes acabam por se constituir em eventos isolados, e não em política de animação como processo”, mas, sobretudo, falar “numa política de formação de quadros, profissionais e voluntários para trabalharem de forma eficiente e atualizada” (Marcellino, 2007, p. 08).

A propósito, ganha destaque no processo de análise e avaliação das políticas públicas de esporte, uma proposta metodológica sistematizada por Athayde et al. (2022) que apresentam, dentre outras dimensões e categorias, a configuração política, que especifica os programas e as ações setoriais, bem como a abrangência e infraestrutura, alocados por meio do alcance dos programas e projetos.

No que se refere aos indicadores Programas e Projetos, a partir do escrito, o dito e o feito sobre os espaços e equipamentos sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), o Quadro 3 descreve essas características.

Quadro 3 – Descrição dos indicadores relativos aos programas e projetos nos espaços e equipamentos esportivos de lazer sob responsabilidade da Secretaria de Estado do Esporte e Lazer (SEDEL), São Luís/Maranhão, 2023.

INDICADORES	DESCRIPTORES		
	ESCRITO	DITO	FEITO
Programas e Projetos	- 26 atividades, descritas por ordem de importância: Competições; Caminhadas e corridas; Lazer; Atividades esportivas; recreativas, artísticas e culturais. - Preparação esportiva, juntamente com escolinhas, e projeto para assistir partidas de futebol nos estádios.	- Gestor A estrutura da Secretaria privilegia o atendimento ao sistema de esporte (JEMs). - Administrador As atividades realizadas são, prioritariamente, torneios e competições. Em seguida, tem-se treinamento desportivo e aulas, e em menor número, atividades recreativas e culturais.	- Há um predomínio das atividades físico-esportivas (JEMs) no que concerne aos interesses do lazer. Na sequência, tem-se atividade física e, em menor número, contemplação e convívio social.

Fonte: elaborada pela autora a partir dos relatórios de atividades, entrevista e questionários.

Ao analisar as atividades realizadas nos diferentes espaços/equipamentos da SEDEL expressas nos relatórios de atividades do período 2012-2019, elencam-se competições, caminhadas/corridas, atividades esportivas, recreativas, artísticas e culturais, preparação esportiva, juntamente com escolinhas e projeto para assistir partidas de futebol nos estádios.

Em relação ao anunciado pelo Gestor sobre as atividades, destaca-se a informação que os espaços e equipamentos da SEDEL são direcionados prioritariamente para “atender o sistema de esporte/federações” e, além disso, há a cessão dos espaços para projetos sociais demandados pela comunidade e para escolas públicas e privadas realizarem treinos esportivos e aulas de educação física, como forma de reduzir a ociosidade dos espaços e equipamentos.

Ademais, foi enfatizado que os Jogos Escolares Maranhenses (JEMs) é o principal Programa desenvolvido pela Secretaria. De forma complementar, ressaltou ainda o “Projeto Bocha” voltado para pessoas com deficiência, em execução há oito meses, sendo essa iniciativa considerada como uma proposta embrionária para o projeto das “escolinhas esportivas” e mais oito projetos sociais direcionados para a comunidade, que estão em processo de apreciação técnica pela gestão, pois segundo o Gestor “as ações do poder público devem priorizar os projetos sociais”.

De fato, a utilização dos espaços e equipamentos direcionada predominantemente para treinamento desportivo e torneios/competições foi confirmada pelos administradores das praças esportivas, que acrescentaram ainda cessão dos locais para escolinhas de iniciação esportiva, nas modalidades futebol, handebol e ginástica. No que diz respeito à redução da ociosidade, foi alegado a periodicidade de uso diário, de forma flexível, atendendo as solicitações dos usuários.

Nesse sentido, infere-se que as atividades assistemáticas sob a forma de eventos esportivos adquirem centralidade na política estadual. Esse predomínio de torneios/competições coaduna com o que foi relatado pelo gestor na entrevista, principalmente no que diz respeito ao JEMs.

Há uma lacuna no âmbito da realização de atividades sistemáticas e regulares pelo poder público, sobretudo na perspectiva apontada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) quando demarca que “a prática das atividades físicas e esportivas é cada vez mais estimulada e percebida como um direito de todas as pessoas ao longo de toda a vida” (PNUD, 2017, p. 30).

No que se refere ao planejamento das ações foi realçado pelo Gestor que há uma elaboração interna realizada pela equipe técnica, na qual é posteriormente apresentada em reuniões com os entes interessados. Porém, evidencia-se que o planejamento está mais direcionado para os eventos esportivos, pois o exemplo mencionado se restringiu à discussão do Regulamento Geral dos jogos municipais com a participação de representantes dos diferentes municípios do Estado.

Os administradores dos espaços e equipamentos, em sua maioria, declararam genericamente, que há planejamento das atividades realizadas pela Secretaria e que existe

participação da população na escolha das atividades. No entanto, infere-se que essa informação se restringe ao processo de formalização do uso dos espaços pelos usuários.

Posicionando-se em relação ao processo de envolvimento da sociedade nas ações do poder público, ressalta-se que o princípio da participação popular deve implicar em instituir a dimensão do planejamento participativo com mecanismos de consulta à população, na perspectiva de criar condições para a definição de prioridades e ampliar a transparência da gestão pública.

Nesse sentido, Castellani Filho (2007) ao se referir sobre desenvolvimento de uma política de esporte e lazer nos municípios afirma que o modelo de administração deve ser pautado no princípio de gestão democrática, embasadora dos mecanismos de participação popular e controle social no processo de elaboração, implantação e avaliação das ações. Todavia, entende-se que ainda é um desafio para a política esportiva no âmbito estadual a implementação deste princípio, pois não foram identificados mecanismos de participação efetivamente democrática e popular na definição das ações da SEDEL.

Ainda no que diz respeito ao planejamento indagou-se o Gestor em relação à integração entre os diferentes setores nas ações realizadas pela Secretaria. Houve afirmativa na resposta, ressaltando apenas a parceria com o Órgão estadual da previdência para realização da Copa dos Servidores e da Secretaria de Educação para o JEM's. Segundo o mesmo, a SEDEL não desenvolve ações com instituições privadas e nem com o Terceiro Setor.

Mesmo que aparentemente haja uma prioridade para integração das ações com a esfera pública, observa-se uma ação limitada, do ponto de vista da intersetorialidade para a implementação de programas e projetos sistemáticos relacionados à saúde, à educação e à cultura, quando a atuação para a realização de eventos esportivos adquire relevo.

Nesse sentido, Bonalume (2011, p. 01) afirma que: “Se conquistar o espaço de política pública, reconhecida como direito social, representa uma árdua tarefa, fazê-lo acontecer como proposta democrática, descentralizada, universal e intersetorial, demanda muito esforço e clareza por parte do gestor e da população em geral”.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a ampliação das articulações entre esporte, saúde, educação e assistência social constitui uma possibilidade concreta para qualificar a atuação da SEDEL, ampliando o alcance das ações desenvolvidas e favorecendo a construção de programas permanentes voltados à democratização do acesso ao esporte e ao lazer.

Por tudo que foi apreendido no discurso do gestor e administradores constatou-se que a SEDEL tem se limitado historicamente a uma ação prioritária que é a realização dos

JEMs, considerado o seu principal Programa, voltado para a dimensão do esporte de alto rendimento com aparência de esporte educacional.

Inclusive, acerca da elaboração interna do plano de trabalho da gestão, constatou-se uma coerência entre as ações realizadas e o planejamento, principalmente por ter centralidade focada na apresentação e discussão do Regimento dos JEMs, atenuando as ações relativas ao lazer, que, não por acaso, compõe a denominação do Órgão Gestor.

Assinala-se, ainda, que a existência de uma Secretaria de Estado, com todo o aparato administrativo, restringir-se a realização anual de um evento esportivo, além de certo desperdício de dinheiro público, caracteriza-se como uma atuação pouco democrática que desconsidera a diversidade das ações que devem compor uma política estadual esportiva de responsabilidade da pasta.

Na prática, esse direcionamento tem menosprezado inclusive a orientação legal posta na Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), a qual determinava que a natureza e finalidade do esporte devem ser reconhecidas nas suas diferentes manifestações: educacional, participação, rendimento e formação.

Em conformidade com essa distorção na política esportiva verificou-se, nos argumentos apontados, que o uso dos espaços e equipamentos sob a responsabilidade da SEDEL é direcionado prioritariamente para “atender o sistema de esporte/federações” (GESTOR), sobretudo quando é mencionada a cessão dos espaços para treinos, campeonatos e escolinhas de iniciação esportivas promovidas por instituições públicas e privadas, sob a justificativa de resolver a sua ociosidade.

Isso confere uma contradição, pois o Gestor anuncia que “as ações do poder público devem priorizar os projetos sociais”, demonstrando conhecimento da responsabilidade do estado. Entretanto, ao mesmo tempo, a ocupação efetiva dos espaços e equipamentos privilegia o esporte de alto rendimento nas escolas.

O argumento apresentado para resolver a ociosidade desses ambientes não se justifica em si, pois cabe ao Órgão Gestor desenvolver uma política de programas e projetos executada regularmente, contemplando todas as manifestações do esporte, na qual os eventos (torneios/competições) devem ser expressão da culminância dos trabalhos realizados sistematicamente e não apenas uma política de concessão de espaços públicos, o que pode revelar uma transferência de responsabilidade e/ou omissão do poder público.

Na perspectiva de analisar a coerência entre as informações contidas nos documentos e a política anunciada pelo Gestor, a seguir busca-se comparar esses dados com a realidade observada (roteiro) e a percepção dos usuários (questionário).

Dessa forma, foram analisados os roteiros de observação de 09 (nove) espaços e equipamentos sob a responsabilidade da SEDEL, considerando: os indicadores dos principais programas e projetos desenvolvidos pelo poder público, os interesses do lazer e as atividades realizadas de forma autônoma.

No que tange aos programas e projetos em curso, constatou-se que há um predomínio de eventos realizados nos diferentes espaços e equipamentos, preponderando as atividades físico-esportivas quando se observa pelo ângulo de quais interesses do lazer estão envolvidos.

Diante dessa visão política-esportiva restritiva presente no plano de gestão da SEDEL, compreende-se que a política de esporte no Maranhão fica prejudicada face à caracterização dada a sua configuração e abrangência, especialmente no que diz respeito à necessidade da promoção de programas e projetos sistematicamente desenvolvidos pelo poder público, como maneira de garantir o direito ao esporte e lazer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como finalidade examinar os programas e projetos implementados nos espaços e equipamentos públicos destinados ao esporte e ao lazer, administrados pela Secretaria de Estado do Esporte e Lazer do Maranhão (SEDEL/MA), no período compreendido entre 2012 e 2019.

Com base na análise das informações obtidas por meio dos registros documentais, dos relatos e das ações efetivamente desenvolvidas, verificou-se que a atuação da Secretaria esteve historicamente concentrada, sobretudo, na realização dos Jogos Escolares Maranhenses (JEMs). Esse programa consolidou-se como a principal iniciativa da instituição, priorizando o esporte de rendimento, embora seja apresentado oficialmente sob a perspectiva do esporte educacional.

Assim, em conformidade com essa distorção na política esportiva maranhense, o uso dos espaços e equipamentos públicos sob a responsabilidade da SEDEL é direcionado prioritariamente para “atender o sistema de esporte/federações”, cuja ocupação ou resolução da ociosidade é justificada a partir da sua concessão à comunidade por meio de projetos que envolvem “escolinhas” de iniciação esportiva, o que pode revelar uma transferência de responsabilidade e/ou omissão do poder público.

Ademais, a existência de uma Secretaria de Estado, com todo o aparato administrativo, restringir-se a realização anual de um evento esportivo, além de certo desperdício de dinheiro público, caracteriza-se como uma atuação pouco democrática, que desconsidera a diversidade das ações que devem compor uma política estadual esportiva de responsabilidade da pasta.

Na prática, esse direcionamento tem menosprezado inclusive a orientação legal da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé), a qual determina que a natureza e finalidade do esporte devem ser reconhecidas nas suas diferentes manifestações: educacional, participação, rendimento e formação.

De outro modo, isso implica em um esvaziamento propositivo, tanto no que diz respeito à elaboração adequada de um plano de gestão, que descreva a realidade e principais necessidades das localidades que possuem ou não tais espaços, quanto na destinação de recursos financeiros capazes de atender de forma perene os diversos projetos que poderiam ser desenvolvidos no âmbito desses logradouros.

Alerta-se que há, sobretudo, a institucionalização de uma política marcada por prioridades conjunturais e pela baixa institucionalização de programas permanentes, ficando potencialmente suscetível às preferências de cada gestão.

A análise dos relatórios de atividades da SEDEL no período investigado evidencia que, embora tenham sido registradas diversas ações, como competições esportivas, atividades recreativas, artísticas e culturais, escolinhas esportivas, preparação esportiva, caminhadas e corridas, tais iniciativas se caracterizam majoritariamente como eventos pontuais e assistemáticos. Essa configuração reforça a ausência de programas contínuos e estruturados que possam garantir a permanência da população nos espaços públicos e a efetivação do direito ao esporte e lazer de forma regular e democrática.

Outro aspecto relevante refere-se ao fato de que as ações identificadas nos documentos analisados não demonstram a existência de uma política pública consolidada de programas permanentes voltados às diferentes manifestações do esporte. Observou-se que, além dos Jogos Escolares Maranhenses, as demais iniciativas aparecem de forma dispersa e sem continuidade, o que dificulta a consolidação de uma política pública consistente e abrangente.

Ademais, constatou-se que algumas iniciativas desenvolvidas pela SEDEL, como escolinhas esportivas e projetos sociais voltados à comunidade, ocorreram, em grande parte, mediante cessão dos espaços para terceiros, o que pode indicar uma fragilidade no planejamento e execução direta das ações por parte do poder público. Essa situação evidencia a necessidade de maior protagonismo institucional na implementação de programas estruturados e permanentes.

Outro elemento importante refere-se à limitação da atuação intersetorial, uma vez que foram identificadas poucas parcerias institucionais para a realização de programas e projetos.

As parcerias mencionadas concentram-se, principalmente, na realização dos Jogos Escolares Maranhenses e em eventos específicos, não sendo observada uma política sistemática de articulação com outras áreas, como saúde, educação, assistência social e cultura, o que poderia potencializar a abrangência das ações.

A predominância de eventos esportivos e competições como principal estratégia de atuação da SEDEL reforça uma concepção restritiva da política pública de esporte e lazer, priorizando o rendimento esportivo em detrimento da participação social e da democratização do acesso às práticas esportivas e de lazer, pois para atingi-la, seria necessário uma distribuição equitativa dos espaços/equipamentos, contemplado prioritariamente, os bairros periféricos da cidade, mas sem negligenciar as áreas urbanas. Essa configuração concentrada limita a efetivação do esporte como direito social, dificultando a inclusão de diferentes públicos, como crianças, idosos, pessoas com deficiência e população em geral.

Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de reestruturação da política pública de esporte e lazer no âmbito da SEDEL, com a ampliação de programas e projetos sistemáticos que contemplem as diversas manifestações do esporte e do lazer. Para tanto, a gestão estadual poderia buscar experiências exitosas em outros Estados e/ou Municípios brasileiros para subsidiar uma reformulação da sua política esportiva.

Tal iniciativa contribuiria para a democratização do acesso aos espaços públicos e para a promoção da qualidade de vida da população maranhense, fortalecendo o papel do Estado na garantia dos direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, P. F. A. et al. Análise e avaliação de políticas estaduais de esporte: uma proposta metodológica. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, [S.I.], v. 30, n. 01, 18 abr. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 abr. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé)**. Brasília, DF, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm. Acesso em: 01 abr. 2026.

BRASIL. Ministério do Esporte. **II Conferência Nacional do Esporte**: Documento Final. Brasília, DF, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 mar. 1998.

BONALUME, Cláudia Regina. O Paradigma da Intersetorialidade nas Políticas Públicas de

Esporte e Lazer. **Licere**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2011. DOI: 10.35699/1981-3171.2011.782. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/782>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CASTELLANI FILHO, Lino. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual a sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, Lino (org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FERMINO, R.C; REIS, R.S.; CASSOU, A.C. Fatores individuais e ambientais associados ao uso de parques e praças por adultos de Curitiba-PR, Brasil. **Revista Brasileira Cineantropometria & Desempenho Humano**. v. 14, n. 4, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-0037.2012v14n4p377>. Acesso em: 18 abr. 2026.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2100643>. Acesso em: 28 abr. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados – Maranhão**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma.html>. Acesso em: 20 jun. 2026.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: esporte 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 438 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2100411>. Acesso em: 28 abr. 2026.

MARCELLINO, N. C. et al. Políticas públicas de lazer - **formação e desenvolvimento de pessoal: os casos de Campinas e Piracicaba** – SP. 1 ed. Curitiba, PR: Opus, 2007.

MARCELLINO, Nelson Carvalho; BARBOSA, Felipe Soligo; MARIANO, Stephanie Helena. **Espaços e equipamentos de lazer em região metropolitana: o caso da RMC – Região Metropolitana de Campinas**. Curitiba: OPUS, 2007.

OLIVEIRA, M. M. Aplicação do mapeamento e geoprocessamento no contexto da educação física. In: MORAES, Inaldo Kley do Nascimento; FREITAS, Patrícia Gonçalves de. **Ciências da Saúde: pesquisas e práticas multidisciplinares**, Rio de Janeiro, RJ: e-Publicar, 2022, p. 56-64.

PETROSKI, E. L. S.; REIS, R. S.; PELEGRINI, A. Estágios de mudanças de comportamento e percepção positiva do ambiente para atividade física em usuários de parque urbano. **Motricidade**, v. 5, p. 17-31, 2009.

PIJAK JÚNIOR, Carlos Eduardo. A efetivação do programa Curitiba Olímpica como política de estado. In: MEZZADRI, Fernando Marinho (Org). **Políticas públicas e esporte**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fontoura, 2014. 290 p.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Org.). **Relatório de**

Desenvolvimento Humano Nacional – Movimento é vida: atividade físicas e esportivas para todas as pessoas. Brasília: PNUD, 2017. 392 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. **Plano Diretor do Município de São Luís.** Diário Oficial do Estado do Maranhão, São Luís, 12 abr. 2023.

RAIMUNDO, S.; SARTI, A. C. Parques urbanos e seu papel no ambiente, no turismo e no lazer da cidade. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, v. 6, n. 2, p. 3-24, 2016.

SILVA, M. C. da; SILVA, A. B. da; AMORIN, T. E. C. Condições de espaços públicos destinados a prática de atividades físicas na cidade de Pelotas/RS/Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, RS, v. 17, n. 1, p. 28, 29 ago. 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. 175 p. Acesso em: 28 abr. 2026.

UNGHERI, Bruno Ocelli; ISAYAMA, Hélder Ferreira. Esporte, lazer e descentralização. **Licere**, v. 22, n. 3, p. 537-578, 27 set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/15349>. Acesso em: 23 abr. 2026.

UNGHERI, Bruno Ocelli; MEDINA, Aládia Cristina Rodrigues; PEREIRA, Brisa de Assis. Mapeamento dos Espaços e Equipamentos Públicos de Lazer e Esporte Disponíveis em Ouro Preto (MG) e seus Distritos. **Licere**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 20-46, 14 nov. 2022. <http://dx.doi.org/10.35699/2447-6218.2022.41622>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/41622>. Acesso em: 23 abr. 2026.